

---

# A RETROALIMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

## REFEEDING OF BRAZILIAN HIGHER EDUCATION

---

Data de submissão: 12 out. 2010. Data de aprovação: 7 maio 2011. Sistema de avaliação: Double blind review. Universidade FUMEC/FACE. Prof. Dr. Cid Gonçalves Filho. Prof. Dr. Luiz Cláudio Vieira de Oliveira. Prof. Dr. José Marcos Carvalho de Mesquita.

---

Daniilo de Melo Costa  
Universidade Federal de Santa Catarina

Alexandre Marino Costa  
Universidade Federal de Santa Catarina

Pedro Antônio de Melo  
Universidade Federal de Santa Catarina

### RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar uma análise apresentando a necessidade de expansão da educação superior brasileira em relação a importantes indicadores, como demografia, taxa de desemprego, anos de estudo, IDH, dados do ensino superior e médio, além da relação do 3º grau com a maneira que as famílias brasileiras gastam seu dinheiro, apresentando uma maneira de expandir a educação superior no Brasil por meio de uma retroalimentação da própria população. O trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória e descritiva de caráter quantitativo e qualitativo. Com relação à coleta e análise dos dados utilizou-se dados do IBGE, INEP e PNUD. Os resultados apresentaram um cenário favorável à expansão do ensino superior, concluindo-se após análise que basta apenas um investimento inicial do Governo para que a própria população retroalimente o sistema educacional brasileiro.

**Palavras-chave:** Educação Superior; Políticas Públicas; Expansão; Desenvolvimento; Financiamento.

### ABSTRACT

The purpose of this article is do an analysis showing the need for expansion of Brazilian higher education in relation to key indicators such as demography, unemployment rate, years of study, HDI, data from higher school and higher education and the relation of the third degree with the way that Brazilian families spend their money, providing a way to expand higher education in Brazil through a refeeding from the people themselves. The article was conceived as an exploratory and descriptive with quantitative and qualitative aspects. For the data collection and data analysis was used data from the IBGE, INEP and PNUD. The results showed a favorable situation for the expansion of higher education, concluding that it is necessary only an initial investment by the Brazilian Government for that the people themselves refeeding the Brazilian educational system.

**Keywords:** Higher Education, Public Policies; Expansion, Development, Financing.

### INTRODUÇÃO

A educação exerce grande influência a respeito da mobilidade social, em especial a educação superior, conforme observado por Romanelli (1991) e Canuto (1987). A ascensão social, que pauta a realização pessoal da grande maioria, era o maior objetivo de quem buscava as instituições de ensino superior. Motivada a isso, principalmente após a década de 70, a procura pelo terceiro grau aumentou significativamente.

Em 1960, menos de 2% da população entre a faixa etária de 20 e 24 anos estava matriculada em instituições de ensino superior; em 1970 esse índice passou para 5,2% e em 1975 alcançou o surpreendente índice de 11%. Essa expansão motivou o surgimento de novos grupos até então inexistentes no sistema, como por exemplo: surgimento de mulheres como porção significativa dentre os alunos; surgimento de uma porção relativa de alunos com faixa etária acima da média, esses que estavam em busca de oportunidades profissionais ou atrás da possibilidade de promoção em suas respectivas empresas e o surgimento de porção do alunado formada por pessoas de classes sociais que, até o presente momento, não haviam conseguido vislumbrar o ensino universitário no horizonte de suas vidas (SCHWARTZMAN, 2005).

Esse cenário se perdura até os dias atuais, em que o ensino superior passa a ser visto como um dos principais caminhos para o destaque econômico social. A procura por vagas públicas e financiamentos em instituições privadas aumenta a cada ano, cabendo ao governo federal implementar medidas que atendam essa demanda.

A partir desses fatos, este artigo trata de uma temática de grande relevância no cenário do desenvolvimento nacional, a expansão da educação superior brasileira. Para tanto, é analisada a maneira que está ocorrendo essa expansão tendo como base os atuais programas, suas perspectivas e uma correlação com os indicadores de demografia, taxa de desemprego, anos de estudo e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Além disso, analisam-se os dados do ensino médio e do ensino superior além da relação do 3º grau com a maneira que as famílias brasileiras gastam seu dinheiro, chegando-se a retroalimentação da educação

superior no Brasil. Devido ao contexto observado, esse trabalho tem como objetivo analisar a expansão da educação superior no Brasil, identificando indicadores que retroalimentem esse processo.

O artigo está estruturado em duas partes. Inicialmente, conceitua-se a origem e os desafios enfrentados pelo sistema universitário brasileiro. Em seguida é feita uma descrição das políticas do Governo Federal para a expansão do ensino superior, a se iniciar pelo Plano Nacional da Educação (PNE) e posteriormente o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), havendo um detalhamento aos programas voltados ao ensino superior: Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES além da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Na segunda parte é apresentada a necessidade de expansão do ensino superior no Brasil além de importantes indicadores, demonstrando ao final como a educação superior poderia ser retroalimentar.

## **OS DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Há vários anos a educação vem influenciando a sociedade no que diz respeito a mobilidade social e nas últimas décadas esse vislumbre se concentra na educação superior. A tão sonhada ascensão social, desejo da maioria das pessoas, é o objetivo principal de quem busca as instituições de ensino superior (ROMANELLI, 1991; CANUTO, 1987).

No entanto, o Brasil é um país em desenvolvimento, onde a renda da maioria das famílias não permite financiar uma educação superior em uma instituição privada, instituições essas que detém o maior número de vagas disponíveis. Devido a esse cenário, a população reivindica o acesso a educação superior por meio de instituições de ensino superior públicas ou por meio de financiamentos de vagas em instituições de ensino superior privadas. Além disso, o país possui uma injusta distribuição geográfica das instituições de ensino superior. Regiões economicamente mais desenvolvidas, como Sudeste possuem uma maior concentração de instituições ante a escassez das mesmas em regiões menos desenvolvidas.

Além disso, dados dos Sistemas de Indicadores Sociais do INEP (2010b) demonstram que a taxa de alunos matriculados em instituições de ensino superior no ano de 2009 não ultrapassa a faixa de 13,9% entre os jovens com idade entre 18 e 24 anos. Se compararmos essas informações com a de outros países, mesmo tomando como referência o ano de 2004, observamos que o Brasil ainda possui um longo caminho a percorrer. Na Argentina, esse percentual estava próximo de 40% e também era elevado em outros países: Alemanha (50%), França (60%), EUA (80%) e Canadá (quase 90%) (GRACIANO; HADDAD, 2004)

De acordo com as necessidades colocadas em questão, o Governo Federal lançou o Plano Nacional da Educação (PNE), como uma tentativa de alcançar audaciosos objetivos e metas até o ano de 2010, desenvolvendo um quadro educacional muito melhor do que o atual, fazendo com que o país esteja altura dos desafios do nosso tempo.

### **O Plano Nacional da Educação**

Em 9 de janeiro de 2001, foi sancionada a Lei nº 10.172, que estabelece o Plano Nacional de Educação, PNE. O PNE foi assentado sobre três idéias chave: A educação como direito de todos, a educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país e a educação como instrumento de combate a pobreza e de inclusão social. Para o Ensino Superior, suas principais premissas foram: Fornecer até o final da década, a oferta da educação superior para pelo menos 30% dos jovens entre 18 a 24 anos; Ampliar a oferta do ensino público de modo à assegurar uma proporção de pelo menos 40% do total das vagas; Estabelecer um amplo sistema de educação a distância; Estabelecer um sistema de credenciamento das instituições, garantindo assim a qualidade; Diversificar a oferta de ensino, investindo em cursos noturnos, modulares e seqüenciais (BRASIL, 2001).

Para PINTO (2002), o PNE assumiu responsabilidades financeiras que não condiziam com a realidade do país. De acordo com o autor, na época de sua promulgação, o investimento do PIB na educação era na ordem de 4%. Em contrapartida, para se alcançar as metas do PNE, seriam necessário um investimento na ordem de 10% do PIB o que certamente configuraria um grande desafio para o próximo governo. Essas características fizeram com que o próximo

governo, do até então Presidente Luis Inácio Lula da Silva, estudasse mais profundamente uma reconfiguração do ensino superior no País, embasando-se em um documento intitulado Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

### **O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**

Segundo o Ministério da Educação, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) está ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional.

Seus 40 programas são classificados segundo quatro eixos de referência: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Dentro dos limites traçados para esse artigo, os programas analisados foram os referentes à educação superior.

Observa o Ministério da Educação que a educação superior deve ser analisada por meio dos seguintes princípios que se complementam: i) expansão da oferta de vagas, ii) garantia de qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, iv) distribuição territorial, e v) desenvolvimento econômico e social.

Após definição dessas premissas, criando novos programas e utilizando-se de programas já existentes, o PDE os uniu visando atender com qualidade a essa demanda de expansão.

Foram criadas treze novas universidades públicas, promoveu-se a expansão de novos campi nas universidades públicas já existentes, tudo por meio do Reuni, estão sendo criadas centenas de Institutos Federais de Educação Superior – Ifes, ampliada a ação do Prouni agora atuando juntamente com o Fies, e realizado um incremento da educação superior à distância, por meio da Uab, com a criação de dezenas de pólos em todo país (BRASIL, 2010). Os próximos tópicos pretendem analisar, de uma maneira geral, os principais programas propostos pelo Governo Federal para a ampliação do ensino superior no país.

### ***O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni***

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) surgiu do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Seu principal objetivo é o aumento das vagas de ingresso e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação (BRASIL, 2007).

Mediante a um grande investimento na educação superior pública, o Reuni pretende melhorar os indicadores das instituições federais de educação superior, projetando alcançar um milhão de matrículas de graduação. O objetivo é que essa expansão ocorra permitindo um acesso democrático ao ensino superior público, aumentando o contingente de estudantes menos favorecidos economicamente.

A expectativa conforme dados do MEC (2007) é que as matrículas do Reuni unidas a UAB passe de 491 mil em 2002 para 1.250 mil em 2010.

O Ministério da Educação afirma que o Reuni não busca apenas investir para que as instituições de ensino superior públicas aumentem seus indicadores quantitativos, por meio de um maior número de vagas. Embora essa seja uma importante premissa do programa, o Reuni pretende principalmente propiciar que cada instituição encontre, de maneira autônoma, seu caminho de desenvolvimento. Para alcançar tais objetivos, além da criação de 13 novas universidades, e ampliação das universidades existentes, serão também realizados: a expansão dos cursos noturnos, a ampliação da mobilidade estudantil, a revisão da estrutura acadêmica e a diversificação das modalidades de graduação. Dessa forma, a reestruturação que se pretende não é apenas de ordem quantitativa, como também qualitativa (BRASIL, 2007; BRASIL 2010).

De qualquer forma, algumas críticas começaram a surgir a respeito dos reais propósitos do REUNI. Léda e Mancebo (2009) ressaltam três aspectos merecedores de consideração: o princípio da indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e extensão, pois o que parece é que o Reuni é um programa apenas de ensino, a autonomia universitária, pois as universidades estando atreladas ao cumprimento de metas desenvolvidas pelo Mec, fatalmente haverá uma perda de autonomia, e a sobrecarga de trabalho dos professores, pois as universidades precisarão agora trabalhar com o índice de 18 alunos por professor.

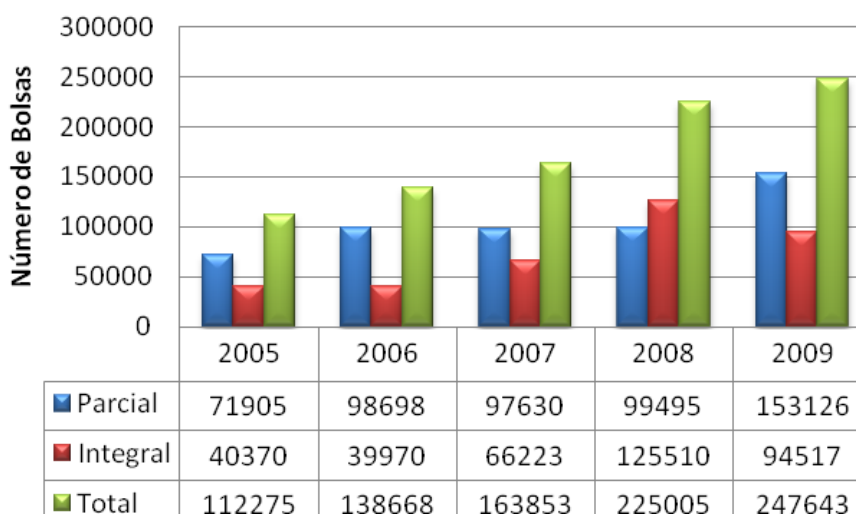
## ***O Programa Universidade para Todos – Prouni e o Financiamento do Estudante ao Ensino Superior – Fies***

No que diz respeito à expansão do acesso ao ensino superior privado, o Ministério da Educação observa que o PDE promove inovações consideráveis no mecanismo de financiamento do estudante do ensino superior privado, por meio de uma alteração no funcionamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - Fies, que agora se complementa integralmente com o programa de bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos - Prouni (BRASIL, 2007).

Por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o Prouni foi criado com o objetivo de determinar que as instituições beneficiadas por isenções fiscais passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção. Três tipos de bolsas podem ser fornecidas: integral, parcial de 50% ou parcial de 25%, e para se beneficiar, os candidatos devem ser selecionados por meio do Enem. A concessão da bolsa tem como critério a classificação do candidato no Enem aliado ao perfil socioeconômico dos bolsistas: egressos de escola pública com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio para bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial de 50% (BRASIL, 2007).

Segundo o Ministério da Educação, nos primeiros quatro anos do programa, foram concedidas aproximadamente 300 mil bolsas, e esse índice continua a crescer conforme pode-se observar no Gráfico 1. De acordo com os critérios para a obtenção da bolsa, a nota mínima no Enem para os candidatos foi fixada em 45 pontos, mas a nota média dos beneficiados atingiu marca superior a 60 pontos e se manteve sempre superior à pontuação obtida pelos alunos egressos de escolas privadas. O que demonstra a qualidade dos alunos ingressantes.

**Gráfico 1 - PROUNI – Bolsas ofertadas por ano**

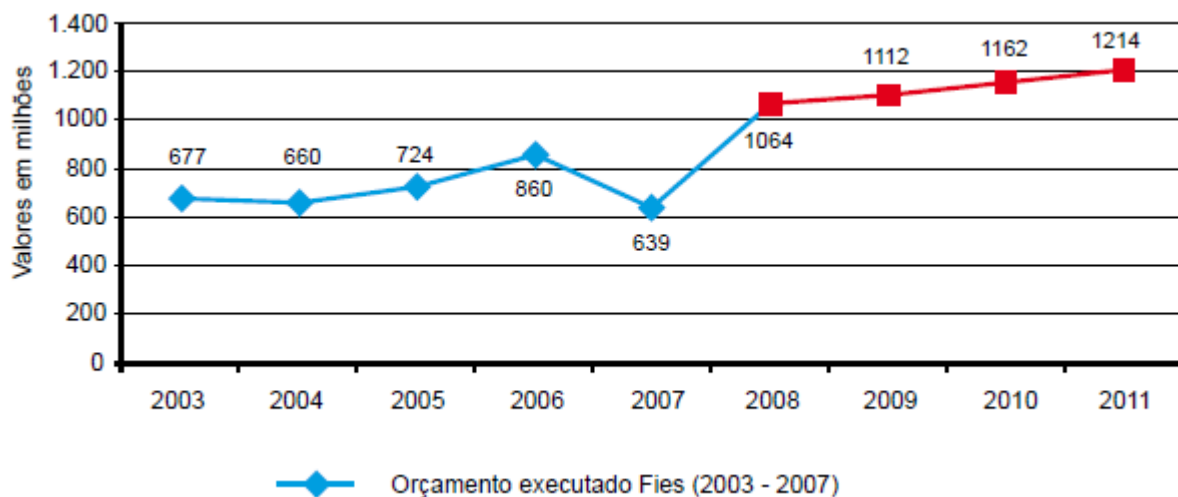


Fonte: Elaborado pelos autores utilizando dados do Ministério da Educação (MEC, 2010b).

O Programa de Financiamento Estudantil (FIES) é destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições privadas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Ele foi criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC). O Fies tem registrado uma participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior e dos estudantes do país. Desde 1999 já são mais de 500 mil estudantes beneficiados, com uma grande aplicação de recursos entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos desde a criação do programa, conforme o Gráfico 2.



**Gráfico 2 - Evolução da execução orçamentária do Fies 2003 – 2007 e previsão orçamentária da ação para o período 2008 - 2011.**



Fonte: BRASIL (2009, p.38).

Segundo o Ministério da Educação, o PDE, motivado pelo desempenho dos alunos bolsistas do Prouni, amplia o Prouni por meio de sua articulação estrutural com o Fies. Alunos que possuírem bolsa parcial do Prouni (50%) poderão solicitar o Fies para financiar os 50% restantes. (BRASIL, 2007).

No entanto, o Governo Federal muito tem sido questionado em relação ao Prouni e ao Fies, sobretudo no quesito qualidade. Para Catani (2006), os cursos superiores ofertados pela maioria das instituições participantes são de qualidade duvidosa com as demandas voltadas diretamente ao mercado de trabalho. Ele considera o Prouni um programa que reforça a estratificação social existente no Brasil, trazendo uma falsa noção de democratização, pois corrobora com o cenário atual da educação brasileira, em que se distingue a camada social dos estudantes pelos tipos de instituições que os mesmos freqüentam.

### ***A Universidade Aberta do Brasil – UAB***

Criada por meio do Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006, a Universidade Aberta do Brasil estabelece um acordo de cooperação entre os estados e municípios e as universidades públicas. Por meio deles, os entes federados mantêm pólos de apoio presencial para acolher professores sem curso superior ou garantir formação continuada aos já graduados. As universidades públicas, da sua parte, oferecem

cursos de licenciatura e especialização, especialmente onde não exista oferta de cursos presenciais (BRASIL, 2007).

No ano de 2007, a UAB atingiu um total de 291 pólos educacionais e conseqüentemente a abertura de 46 mil vagas de ensino superior. Estima-se ao final de 2010 alcançar 850 pólos educacionais e a abertura de 350 mil novas vagas de ensino superior. Em 2009 os pólos de apoio presencial das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste receberam do MEC cerca de R\$ 25 milhões em investimentos (UAB, 2009).

No entanto, dificuldades também são apontadas, principalmente relacionadas a qualidade, que é um tema defendido por Segenreich (2009). Para a autora, a UAB deveria ter sido concebida como um projeto educacional, no entanto foi concebida como uma política pública agressiva de aumento meramente quantitativo do número de vagas na rede pública do ensino superior, tendo como base os números que ela se propõe a alcançar e a forma de adesão que ela adota.

### **METODOLOGIA**

Os aspectos metodológicos na confecção desse artigo adotam a Classificação da Pesquisa realizada seguida da Delimitação da Pesquisa. Posteriormente é apresentado a Técnica de Coleta de dados utilizada assim como a Análise dos Dados coletados. Por fim, são apresentadas as limitações para a realização desse estudo.

Neste artigo, em função dos objetivos, o trabalho foi concebido como uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Gil (1995), as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

Para Gil (1986), as Pesquisas Descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, ainda, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

A pesquisa em questão será de caráter quantitativo e qualitativo. A pesquisa apresenta a forma de abordagem quantitativa, pois utiliza dados numéricos e estatísticos referente a correlação de alguns dados do IBGE, do INEP e do PNUD

aos dados referentes a perspectiva dos programas públicos voltados ao ensino superior para assim garantir sua representatividade. Naturalmente essa pesquisa teve ainda caráter qualitativo, pois buscou-se interpretar o objeto em termos do seu significado a justificar-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social (RICHARDSON, 1999).

O presente artigo tem sua delimitação traçada ao pretender estudar os programas públicos do governo federal para a expansão da educação, particularmente a educação superior. Além disso, dentre todos os indicadores disponíveis, foram selecionados para análise do presente estudo os indicadores de demografia, taxa de desemprego, anos de estudo, índice de desenvolvimento humano, censo da educação básica e superior e dados referente à despesa monetária.

A coleta de dados foi estruturada na forma de pesquisa documental ou de fonte primária, que na definição de Marconi e Lakatos (1990), se caracteriza em uma fonte de coleta de dados restrita a documentos, sejam eles escritos ou não, constituindo as chamadas fontes primárias. Como fontes primárias foram utilizados documentos tais como: relatórios de gestão do Governo Federal, referente aos programas Reuni, Prouni, Fies e Uab, dados do INEP, IBGE e PNUD além de relatórios do Ministério da Educação.

A pesquisa bibliográfica ou de fonte secundária, se deu por meio da coleta de material já elaborado e publicado sobre o tema da pesquisa, quais sejam, publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, artigos, teses e dissertações.

A análise dos dados foi estruturada conforme afirma Yin (1989), em que a mesma consiste na compreensão dos dados no sentido de validar ou refutar os objetivos iniciais do estudo. Partindo dessa premissa, após a coleta dos dados, houve uma compilação das informações coletadas selecionando as de maior interesse e posteriormente foi realizado o registro dos dados por meio de alocação em planilhas eletrônicas.

Posteriormente foi realizada uma análise dos dados da pesquisa, por meio de cruzamento das informações registradas visando identificar a correlação entre os programas do Governo Federal para a expansão da educação superior em

## **A RETROALIMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

consonância com os indicadores apresentados conforme na assertiva de Selltiz et. al. (1974) que defende que o objetivo da análise dos dados é sintetizar as informações completadas, de maneira que as informações viabilizem respostas aos questionamentos da pesquisa em foco.

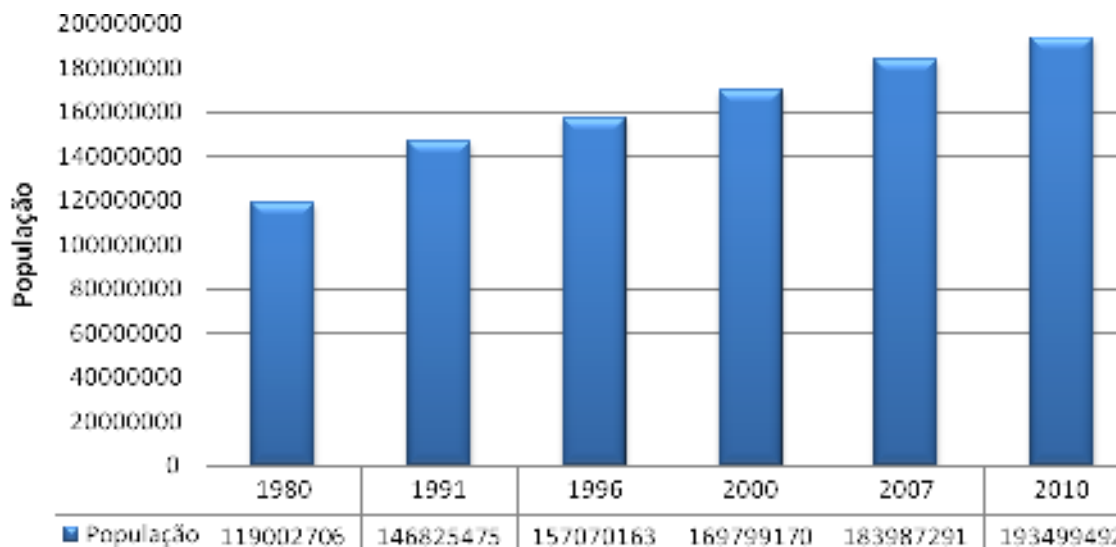
Em relação às limitações do estudo, o setor escolhido para a pesquisa, o educacional, é um setor muito problemático devido a uma série de fatores conjunturais e até mesmo estruturais do país. Se a pesquisa abordasse todos eles, tanto ao nível qualitativo como quantitativo, com certeza seria um estudo interminável, até porque o objetivo do presente trabalho não é esse. Outra limitação está na disponibilidade e confiabilidade dos dados, pois quem os torna públicos é o próprio governo que é também a organização criadora dos projetos a serem analisados, podendo abrir margem para discussão dos dados disponíveis ou até da veracidade dos mesmos e da influencia política e partidária sobre a publicação dos dados.

## **A NECESSIDADE DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

### **Os dados do IBGE e o cenário favorável para a expansão**

Ao analisarmos a evolução do ensino superior no Brasil e a importância que o mesmo exerce hoje perante a nossa sociedade, que o tem como principal trampolim para a ascensão social, fica latente a necessidade de se investir nessa área. Mas como está o cenário nacional? Favorável para tal investimento? De acordo com a evolução da demografia de nosso país, não só favorável mas necessário, conforme podemos observar no Gráfico 3.

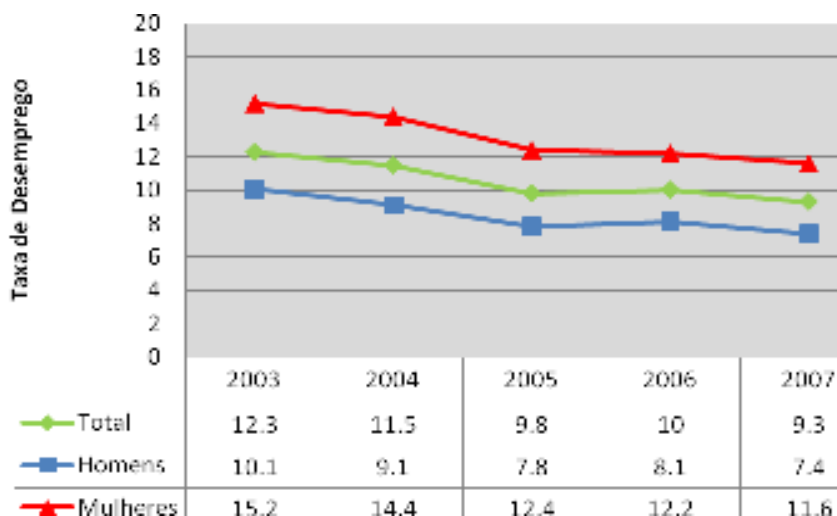
**Gráfico 3 - População Total - 1980-2010**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados do Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000, Contagem da População 1996 e 2007 (IBGE, 2010) e Relógio populacional em 31 de Agosto de 2010 (IBGE, 2010b).

Os dados do Gráfico 4 representam um crescimento na ordem de 63% da população brasileira em 30 anos, ao se analisar no período de 2000 – 2007, pode se observar um crescimento em 7 anos de praticamente 14 milhões de brasileiros, comparando esses dados com os dados do relógio populacional do IBGE em 31 de Agosto de 2010 se observa um crescimento de mais 9,5 milhões de brasileiros, podendo-se constatar um crescimento de praticamente 24 milhões de pessoas em apenas 10 anos, por esse motivo, a educação brasileira (incluindo o terceiro grau), deve acompanhar esse crescimento (IBGE, 2010). Mas não apenas esse cenário de crescimento aquecido de nossa população apresenta uma necessidade da criação de vagas para o ensino superior, outros indicadores também enaltecem esse cenário. Ao analisarmos a taxa de desemprego, é possível observar no Gráfico 4 uma substantiva queda com o passar dos anos:

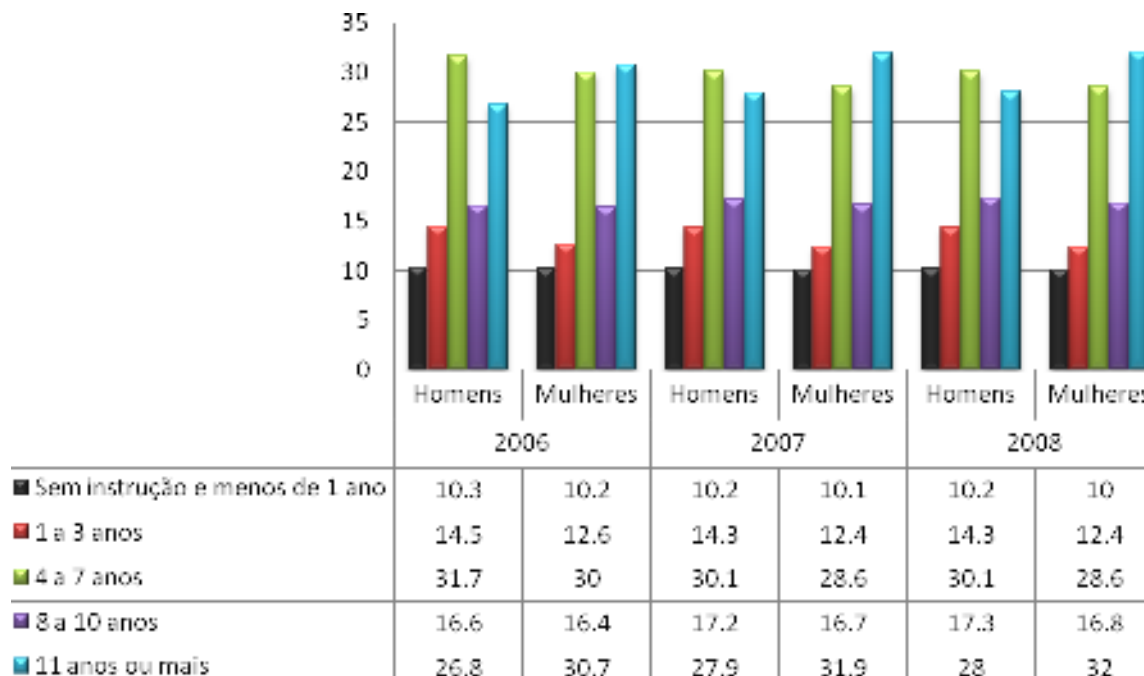
Gráfico 4 - Taxas de Desemprego - 2003-2007



Fonte: IBGE (2010c)

A análise desses dados nos mostra a importância que a educação, sobretudo a educação superior, vem desempenhando na vida do brasileiro, tendo em vista que cada vez mais o nível de instrução para se atuar no mercado de trabalho aumenta e mesmo assim as taxas de desemprego estão caindo. O brasileiro está investindo em educação e por conseguinte estudando mais. Pesquisas desenvolvidas pelo IBGE apresentam a evolução dos brasileiros no que tange aos anos de estudos, algo diretamente relacionado à necessidade do investimento em educação e aos atuais anseios da população. Como pode ser observado no Gráfico 5.

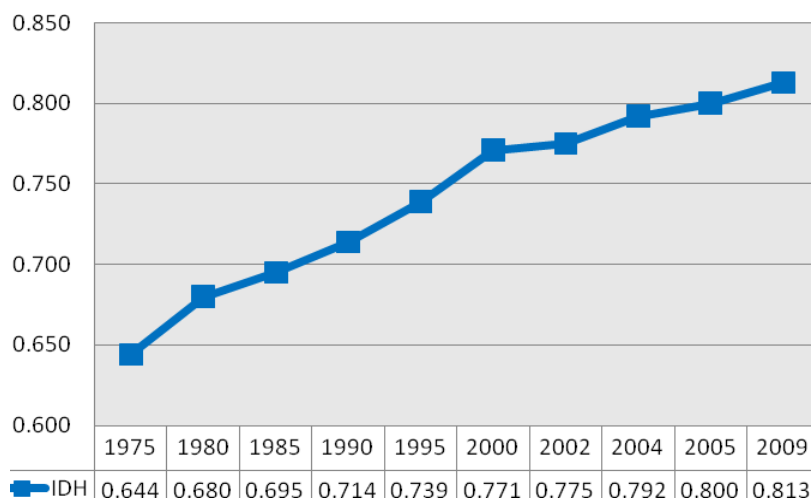
**Gráfico 5 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo- 2006-2008**



Fonte: IBGE (2010d).

Analisando os dados do Gráfico 5, pode-se observar um crescimento na população que possui 11 ou mais anos de estudo tanto masculina, como principalmente feminina. Os brasileiros estão estudando mais e o principal motivo é a importância do papel da educação, sobretudo a educação superior, no que tange a ascensão social. Para reforçar essa informação, podemos observar no mesmo gráfico, a queda dos dados referente à baixa instrução. Algo que tem refletido positivamente no Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (Gráfico 6), de acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

**Gráfico 6 - Evolução do IDH Brasil 1975 - 2005**

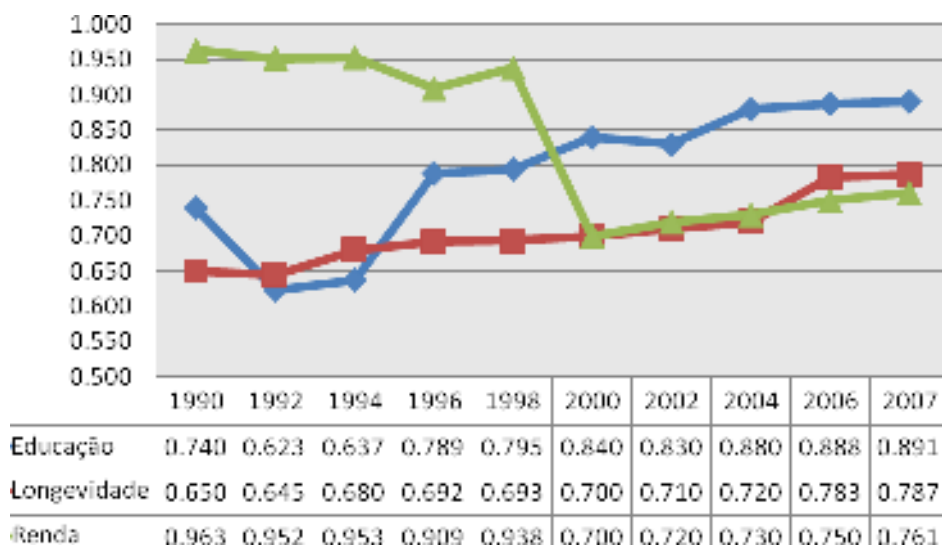


Fonte: Elaborado pelos autores com dados do SEPLAG para os anos de 1975 a 2005 (SEPLAG, 2010) e do PNUD para o ano de 2009 (PNUD, 2009).

Pela primeira vez o Brasil entrou para o grupo de países com elevado desenvolvimento humano, com um índice medido em 0,800 no ano de 2005. No ano de 2009, últimos dados disponibilizados pelo PNUD, o Brasil encontra-se na 75ª colocação mundial, com um índice de 0,813 valor considerado de alto desenvolvimento humano. Esse crescimento tem sido possível principalmente pela preocupação que a população tem demonstrado pela educação, que é um índice que ajuda a compor o IDH, pode-se observar o destaque da educação no Gráfico 7.



**Gráfico 7. Evolução dos componentes do IDH – Brasil**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Oliveira para os anos de 1990 a 2004 (OLIVEIRA, 2006) e do PNUD para os anos de 2006 e 2007 (PNUD, 2009).

Tais informações deixam latente não só a necessidade, como a importância do investimento em educação para o desenvolvimento de nosso país. A seguir será abordada a necessidade de tal expansão tendo como base o número de estudantes matriculados no ensino médio e a perspectiva da oportunidade de prosseguir com os estudos por meio do ensino superior.

### **A Relação das vagas do Ensino Superior com base nos dados do Ensino Fundamental/Médio**

Observa-se que o cenário é favorável para a expansão do ensino superior no Brasil, e ao analisarmos os dados da educação básica do nosso país, fica latente não só a oportunidade como principalmente a necessidade de tal expansão. Quando analisamos os dados provenientes do Censo Escolar da Educação Básica de 2009, realizados pelo INEP, nos deparamos com um cenário um tanto preocupante: O número de matriculados na rede pública do ensino médio é substancialmente maior que o número de vagas no ensino superior. A Tabela 1 apresenta as informações referentes ao ensino básico:

**Tabela 1 - Estudantes Matriculados nos últimos anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio**

BRASIL (2009)	MATRÍCULA INICIAL		
	Ensino Regular		
	Ensino Fundamental Anos Finais	Médio	EJA Presencial Médio
Estadual Urbana	6,862,447	6,907,680	1,090,700
Estadual Rural	309,412	236,126	18,967
Municipal Urbana	4,235,131	93,725	30,87
Municipal Rural	1,258,763	16,653	3,958
Estadual e Municipal	12,665,753	7,254,184	1,144,495

Fonte: INEP. Dados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2009. Brasília. 2010.

Ao analisarmos tais informações, observamos um total de alunos da ordem de 8.398.679 na rede pública, se acrescentarmos os alunos do ensino médio da rede privada, em média cerca de 1,5 milhão 2, chegamos ao índice de praticamente 10 milhões de alunos matriculados regularmente no ensino médio. Quando correlacionamos tais informações com os dados do número de vagas disponíveis no ensino superior (Tabela 2), os índices se tornam preocupantes:

**Tabela 2 - Número de vagas disponíveis no Ensino Superior no ano de 2008**

BRASIL (2008)	Número de Vagas Ensino Superior				Total Geral	
	Graduação Presencial		Graduação Tecnológica			
	Pública	Privada	Pública	Privada		
Vagas	344.038	2.641.099	28.006	436.102	1.699.489	
Total	2.985.137		464.108		1.699.489	5.148.734

Fonte: INEP. Dados finais do Censo da Educação Superior 2008. Brasília. 2009.

De acordo com o último Censo da Educação Superior realizado, ano 2008, o Brasil oferece cerca de 5 milhões de vagas, entretanto apenas 3 milhões são de fato efetivadas em matrículas (ociosidade de vagas na ordem de 1.442.593 no ensino privado e de 708.784 no ensino à distância), isso ocorre porque na maioria dos casos a população não possui recursos financeiros necessários para cursar o ensino superior em uma instituição privada (eis a grande importância de iniciativas como o Prouni e o Fies). Se correlacionarmos apenas os dados dos alunos do ensino médio com as vagas disponíveis e efetivadas hoje no ensino superior, e trabalharmos com a porcentagem média de concluintes do Ensino Médio ingressando no Ensino

Superior (cerca de 28% do total de matriculados são os concluintes), chega-se a conclusão que existem mais vagas do que efetivamente candidatos a elas, entretanto, esse número é ilusório, se levarmos em conta que a predominância do alunado do Ensino Médio são de instituições de origem pública (ou seja, em que estudam alunos de classes menos favorecidas) e a maioria das vagas disponíveis no ensino superior são de origem privada (vagas pagas), então a maior parte desses alunos não tem condições de ocupar essas vagas. Se lembrarmos ainda que uma grande maioria dos ingressantes do ensino superior vem de outras fontes (por exemplo alunos com faixa etária acima da média, buscando o crescimento profissional dentro de suas empresas) observamos uma grande lacuna entre o que temos e o que deveríamos ter. É fato que de acordo com a Tabela 3, que resume o número de vagas que o governo federal pretende gerar no ano de 2010, os programas públicos estão incrementando o número de vagas de uma maneira até então inédita no cenário nacional.

**Tabela 3 - Número de vagas a serem geradas e/ou financiadas pelos programas do governo federal no ano de 2010**

Programas	REUNI + UAB	PROUNI	FIES	TOTAL
Vagas	1.250.000	304.600	100.000	1.654.600

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do REUNI, UAB, PROUNI e FIES.

De qualquer forma, ao analisar esses dados, é perceptível que nem todas essas vagas serão preenchidas, tendo em vista que a Educação à Distância ainda enfrenta certo preconceito por parte de boa parte do alunado, além da mesma ter alarmantes índices de evasão, e que nem todos os alunos se enquadram nas exigências para se obter uma bolsa no Prouni e/ou Fies. Em um cenário ideal teremos, em média, 4 milhões de vagas efetivamente utilizadas, um número relativamente razoável mais muito aquém da necessidade do nosso país. O próximo tópico abordará uma das possíveis soluções para se desenvolver a educação superior no Brasil, com base em valiosos dados que correlacionam a maneira que a família brasileira utiliza seus recursos financeiros com o grau de instrução dos membros da mesma.

## A Retroalimentação da Educação Superior no Brasil

De acordo com todas as informações apresentadas no presente artigo, é fato de que a educação superior precisa ser expandida, não só pelo crescimento natural de nosso país como principalmente para atender os anseios da sociedade. Fica claro também que estamos em um cenário favorável para realizar tal expansão, e quando analisamos os dados das despesas monetárias das famílias brasileiras, realizadas pelo IBGE (Tabela 4), essa oportunidade de expansão fica ainda mais evidente:

**Tabela 4 - Despesa Monetária: Média Mensal Familiar em Reais**

Despesa monetária: média mensal familiar – Reais				
Despesas	Existência de pessoa com nível superior na família			
	Total	Nenhuma	Uma pessoa	Mais de uma pessoa
Despesa Total	1.794,32	1.240,70	3.644,48	6.591,94
Despesa Corrente	1.674,56	1.164,81	3.406,20	6.045,77
Despesa de Consumo	1.473,29	1.068,75	2.869,14	4.906,75
Educação	59,86	19,87	181,4	426,22
Número de famílias	48.534.638	40.896.559	4.751.007	2.887.071
Tamanho médio das famílias	3,62	3,65	3,27	3,82

Fonte: IBGE (2002)

Ao analisarmos tais dados, fica latente a influência exercida pelo terceiro grau na maneira que o brasileiro realiza seus gastos mensais. O número de pessoas em cada família com curso superior está diretamente ligado ao investimento realizado pelas mesmas em educação (na ordem de 1,7% da renda para famílias sem nenhum membro com nível superior, 6,3% da renda para famílias em que pelo menos um membro possui nível superior e 8,6% da renda para famílias em que mais de um membro possui nível superior). Qual conclusão podemos tirar de tal fato? O investimento necessário para impulsionar a ampliação do ensino superior no Brasil é apenas um investimento inicial. Ele é necessário, na verdade, fundamental e servirá como um catalisador para esse desenvolvimento. A medida que mais pessoas vão adquirindo o nível superior, mais essas famílias se preocuparão em investir em educação, até chegarmos a um ponto onde o ensino superior em nosso país será “auto-suficiente”, por meio de investimentos da própria população, cabendo ao

governo federal apenas realizar a manutenção desse ensino. Acredito que tal iniciativa poderia se configurar em um dos maiores passos dados rumo ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A recente história do ensino superior no Brasil, sobretudo no que tange ao acesso a esse ensino, vem passando por várias transformações desde o seu surgimento. A partir do momento em que a sociedade passou a vislumbrar o terceiro grau como o principal meio para melhorar a condição social, a questão do acesso ao ensino superior vem sendo discutido nas mais diversas camadas e esferas sociais. A partir de então, várias foram as iniciativas criadas, com destaque para o Plano Nacional da Educação e posteriormente o Plano Desenvolvimento Educação, em que os programas Reuni, Prouni articulado juntamente ao Fies e Uab, são os principais pilares de sustentação para a reformulação do ensino superior brasileiro. Tal reformulação atinge todos os cenários do ensino superior: o Reuni nas universidades federais, o Prouni e Fies nas universidades privadas, e a Uab com foco no recente, mas promissor ensino superior à distância. Essas iniciativas são um passo importante para o desenvolvimento do terceiro grau no Brasil, mais ainda não conseguem suprir a demanda da nossa sociedade.

Temos o Brasil como: um país que vislumbra se tornar a 5<sup>a</sup> potência mundial na próxima década 3; que pretende aumentar sua posição no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto; e diminuir as taxas de desemprego. Para todas essas metas, a educação se classifica como uma saída chave ao auxílio a esse desenvolvimento. O país precisa democratizar o acesso a educação superior, pois essa democratização será a força motriz que impulsionará o país para o desejado desenvolvimento.

O cenário está favorável para a expansão em vários aspectos: os dados demográficos apresentam um substancial crescimento de nossa população e a educação deve acompanhar esse crescimento; as taxas de desemprego estão caindo a cada ano, mesmo com o grau de instrução para ocupar as vagas no mercado de trabalho estar aumentando; a população tem estudado mais nos últimos

anos, em um crescimento discreto, mas totalmente relevante e o IDH tem crescido consideravelmente tendo como seu principal pilar o índice da educação.

Como se não bastasse o cenário favorável, temos também a real necessidade em realizar a expansão do ensino superior quando fazemos uma análise da oferta e da demanda das vagas para o ensino superior no Brasil. Temos hoje a maior parte das vagas do ensino superior de origem privada em contraste com a significativa parcela do alunado do Ensino Médio, que é de origem pública, o que em tese, se configura como uma dificuldade para esses alunos preencherem essas vagas, tendo em vista que esses alunos, em sua maioria, se configuram nas classes desprivilegiadas de nossa população. A necessidade também é latente quando analisamos a demanda de todos os grupos interessados no ensino superior com as vagas disponíveis, incluindo as que serão geradas pelos atuais programas do Governo Federal, o resultado ainda é um considerável déficit de vagas principalmente no que tange as famílias que não tem condições de financiar o ensino superior em instituições de ensino superior privadas.

A conclusão que tal análise nos apresenta, sobretudo quando levamos em conta os dados a respeito da maneira em que as famílias empregam seus recursos financeiros de acordo com o grau de instrução (existência de membros da família com o terceiro grau), demonstram que nossa população está disposta a ajudar nesse crescimento, pois quanto maior o número de membros da família com o terceiro grau, maior o investimento em educação. Cabe agora ao Governo Federal, independente de quem for o governante, se atentar a essa realidade e implantar medidas eficazes para alcançar esse desenvolvimento, que de acordo com os dados, pode se retroalimentar no futuro. As atuais preocupações do Governo Federal são válidas, mas é necessário mais empenho e mais destaque para nosso ensino superior. Devemos considerá-lo um importante pilar para se alcançar o tão almejado desenvolvimento e, por conseguinte, transformar o país pela educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. **O Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília, 2007

\_\_\_\_\_. TCU. **Auditoria operacional no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)** / Relator Ministro José Jorge – Brasília : Tribunal de Contas da União. 2009.

\_\_\_\_\_. **O Plano de Desenvolvimento da Educação completa 3 anos.** Brasília. 2010. Disponível em: <<http://pde3anos.mec.gov.br/>>. Acesso em 13 de Abril de 2010.

CANUTO, Vera Regina Albuquerque. **Políticos e Educadores:** a organização do ensino superior no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

CATANI, A.M.; HEY, A.P.; GILIOLI, R. **PROUNI:** democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior ? Educar em Revista. Curitiba, UFPR, n. 28, p.125 - 140, jul.- dez. 2006.

DIDONET, VITAL. **O Plano Nacional de Educação e os Planos Estaduais e Municipais:** Uma Conquista Histórica. Gestão em Rede, Curitiba: n. 33, p. 14-19, nov./dez., 2001.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.

\_\_\_\_\_. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 1995

GRACIANO, Mariângela; HADDAD, Sérgio. **Educação: Direito Universal ou Mercado em Expansão.** Revista São Paulo em Perspectiva, Mar. 2004

IBGE. **Despesa monetária e não monetária média mensal familiar.** Brasília. 2002. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/orcfam/default.asp>>. Acesso em 07 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos indicadores sociais 2009.** Brasília. 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1476&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1476&id_pagina=1)> . Acesso em 08 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 1980, 1991 e 2000 e Contagem da População 1996.** Brasília. 2010. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/populacao01.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/populacao01.htm)>. Acesso em 12 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Relógio Populacional.** Brasília. 2010b. Disponível em: <[www.ibge.net/ibge/disseminacao/online/popclock/popclock.php](http://www.ibge.net/ibge/disseminacao/online/popclock/popclock.php)>. Acesso em 31 de Agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Mensal de Emprego.** Brasília. 2010c. Disponível em <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/trabalho07.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/trabalho07.htm)>. Acesso em 14 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Indicadores IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.** Brasília. 2010d. Disponível em: <[http://www.ibge.com.br/brasil\\_em\\_sintese/educacao05.htm](http://www.ibge.com.br/brasil_em_sintese/educacao05.htm)>. Acesso em 01 de Setembro de 2010.

INEP. **Dados finais do Censo Escolar da Educação Básica de 2009.** Brasília. 2010

\_\_\_\_\_. **Dados finais do Censo da Educação Superior 2009.** Brasília. 2010b.

LÉDA, Denise Bessa; MANCEBO, Deise. **Reuni:** heteronomia e precarização da universidade e do trabalho docente. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v.34, p.49-64, jan./abr. 2009.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa.** 2ed. São Paulo: Editora Atlas, 1990

MEC. **REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras.** Brasília. 2007. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 15 de Abril de 2010.

## A RETROALIMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

\_\_\_\_\_. **PROUNI** – Programa Universidade para Todos. Brasília. 2010b. Disponível em: <<http://siteProuni.mec.gov.br>>. Acesso em 28 de Maio de 2010.

\_\_\_\_\_. **FIES**: Relatório de Gestão, Exercício 2007, Caixa Econômica Federal. Brasília, 2008.

OLIVEIRA, J. C. de . **Evolução do índice de Desenvolvimento Humano do Brasil e do países da América Latina e do Caribe**. Análise, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 27-46, jan./jul. 2006.

PINTO, J. M. R. . **Financiamento da educação no Brasil**: um balanço do governo FHC (1995-2002). Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 109-136, 2002.

PNUD. **IDH do Brasil cresce**; país é 75º no ranking. Brasília. 2009. Disponível em <[http://www.pnud.org.br/pobreza\\_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3326&lay=pde](http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3326&lay=pde)>. Acesso em 31 de Agosto de 2010.

RICHARDSON, R. J.. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. **A sociedade do conhecimento e a educação tecnológica**. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Jan 2005.

SEGENREICH, S. C. D.. **ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do ensino superior**. Pro-Posições, vol.20, no.2, 2009, p.205-222

SELLTIZ et. al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: EPU, 1974.

UAB. **Universidade Aberta do Brasil**. Brasília. 2009. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br>>. Acesso em 24 de Agosto de 2009.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Beverly Hills: Sage, 1989.